

LEITURA LITERÁRIA INFANTOJUVENIL E SUA INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO DE LEITORES NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA**CHILDREN'S LITERARY READING AND ITS INFLUENCE ON THE FORMATION OF READERS IN BASIC EDUCATION SCHOOLS** <https://doi.org/10.63330/aurumpub.006-013>**Aurora de Castro Pantoja**E-mail: auroradecastropantoja@gmail.com**Cindy Izabelle Hage Pantoja**E-mail: cursoderedacaoprofcindyhage@gmail.com**Andréia Pacheco de Almeida**E-mail: andreia.p.almeida2025@gmail.com**Andreluza de Fátima da Silva Pombo**E-mail: andreluza42@gmail.com**Bárbara Andresa de Souza Balieiro**E-mail: balieiro22@hotmail.com**Elizete Ferreira Morais Barbosa**E-mail: prof.elizetemorais@gmail.com**Nayara Karine Silva de Souza**E-mail: professoranayarakarine@gmail.com**Thácila Mikaellen Mendes da Cunha**E-mail: thacila.cunha@ilc.ufpa.com**Zuziane Ferreira da Rocha**E-mail: zuzianerocha2@gmail.com**RESUMO**

Este artigo tem como objetivo analisar, por meio de uma revisão bibliográfica, a influência da leitura literária infantojuvenil na formação de leitores nas escolas de Educação Básica. Parte-se da compreensão de que a literatura infantil e juvenil exerce papel essencial na construção de leitores críticos, sensíveis e autônomos. A investigação fundamenta-se em autores como Cosson, Zilberman, Kleiman e Soares, além de diretrizes e políticas públicas como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). O estudo evidencia que, embora existam avanços teóricos e iniciativas institucionais em prol da leitura, ainda persistem desafios na prática pedagógica, como o uso utilitário da literatura e a falta de formação continuada para os professores. Assim, defende-se a necessidade de resgatar a literatura infantojuvenil como prática significativa, capaz de contribuir para o letramento literário e para o desenvolvimento integral dos estudantes da educação básica.



Palavras-chave: Leitura literária; Literatura infantojuvenil; Educação básica; Formação de leitores; Letramento literário.

ABSTRACT

The aim of this article is to analyze, through a literature review, the influence of children's and young adults' literary reading on the formation of readers in primary schools. It is based on the understanding that children's and young people's literature plays an essential role in building critical, sensitive and autonomous readers. The research is based on authors such as Cosson, Zilberman, Kleiman and Soares, as well as guidelines and public policies such as the National Curriculum Parameters (PCNs) and the National School Library Program (PNBE). The study shows that, although there are theoretical advances and institutional initiatives in favor of reading, there are still challenges in pedagogical practice, such as the utilitarian use of literature and the lack of continuing training for teachers. It therefore argues for the need to revive children's literature as a meaningful practice, capable of contributing to literary literacy and the all-round development of students in basic education.

Keywords: Literary reading; Children's and young people's literature; Basic education; Reader training; Literary literacy.



1 INTRODUÇÃO

A leitura literária desempenha um papel essencial na formação de leitores críticos e sensíveis, especialmente no ambiente escolar, onde muitas crianças e adolescentes têm seu primeiro contato sistemático com a literatura. A presença da literatura infantojuvenil na Educação Básica é defendida por diversas políticas públicas educacionais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) e o Programa Nacional Biblioteca da Escola (BRASIL, 2008), que reconhecem a importância da leitura literária para o desenvolvimento integral dos estudantes.

Autoras como Coelho (2004), Zilberman (2005) e Meireles (1984) ressaltam que o contato com obras literárias desde a infância possibilita não apenas o aprimoramento da linguagem, mas também a ampliação do repertório cultural, a construção da identidade e a compreensão crítica da realidade. A leitura literária, portanto, vai além da decodificação textual: trata-se de uma prática social que envolve afetividade, imaginação e reflexão (KLEIMAN, 1995; SOARES, 2003).

Apesar dos avanços teóricos e das diretrizes oficiais, diversos estudos apontam para um descompasso entre as propostas curriculares e a realidade das práticas escolares. Muitas vezes, a literatura é utilizada de forma utilitária, como instrumento para ensino de gramática ou interpretação técnica (CAMPELLO et al., 2001; NORONHA, 2003), o que pode reduzir seu potencial formativo e dificultar a construção de uma relação prazerosa e significativa com os textos literários.

Nesse contexto, emerge a seguinte questão norteadora: qual é a contribuição da leitura literária infantojuvenil na formação de leitores no contexto da Educação Básica, segundo a literatura especializada? Dessa forma, este artigo tem como objetivo realizar uma revisão bibliográfica sobre a influência da leitura literária infantojuvenil na formação de leitores nas escolas de Educação Básica. A partir da análise de autores como Cosson (2012), Kleiman (1995), Soares (2003), entre outros, busca-se compreender como a literatura tem sido discutida na teoria e quais caminhos ainda precisam ser trilhados para fortalecer sua presença e função formadora no espaço escolar.

2 METODOLOGIA

Este artigo adota uma abordagem qualitativa com base em **pesquisa bibliográfica**, cujo objetivo principal é compreender, por meio da literatura acadêmica e institucional, a importância da leitura literária infantojuvenil na formação de leitores no âmbito da Educação Básica. Conforme Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é realizada a partir de material já publicado, principalmente livros, artigos de periódicos e documentos oficiais, permitindo ao pesquisador ampliar a compreensão do objeto de estudo e dialogar com diferentes autores e perspectivas.

A fundamentação teórica foi construída a partir da análise de obras de autores consagrados no campo da leitura, letramento e literatura infantil e juvenil, como Rildo Cosson, Regina Zilberman, Magda Soares,



Angela Kleiman e Cecília Meireles, bem como documentos normativos do Ministério da Educação, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) e o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE (2008). Também foram incluídas produções acadêmicas que discutem as práticas de leitura nas escolas públicas brasileiras e os desafios enfrentados por professores e alunos no processo de formação leitora.

O recorte teórico privilegiou textos publicados entre os anos de 1984 e 2012, com foco em obras que tratam do papel da literatura na escola, da mediação pedagógica, das políticas públicas de leitura e da constituição do letramento literário. Os textos selecionados foram analisados com base na técnica de análise de conteúdo temática, conforme Bardin (2016), o que possibilitou organizar os achados em eixos teóricos.

Este procedimento permitiu identificar as principais contribuições teóricas e evidenciar as lacunas existentes nas práticas escolares quanto à leitura literária, justificando a necessidade de retomar a literatura infantojuvenil como eixo estruturante de formação leitora desde os anos iniciais da educação.

2.1 O PAPEL DA LITERATURA INFANTOJUVENIL NA FORMAÇÃO DO LEITOR

A literatura infantojuvenil tem se destacado como elemento essencial na formação de leitores desde os anos iniciais da Educação Básica. Seu caráter lúdico, simbólico e estético contribui para o desenvolvimento da imaginação e da sensibilidade nas crianças. Como destaca Zilberman (2005), a literatura infantil deve ser inserida na escola não apenas como recurso didático, mas como arte, provocando experiências significativas e afetivas no leitor iniciante.

Desde muito cedo, a criança é exposta a narrativas orais, canções e histórias que moldam sua percepção de mundo e seu vínculo com a linguagem. Coelho (2004) afirma que o ato de contar histórias ultrapassa a função de entreter, sendo também uma prática de socialização, transmissão de valores e estímulo à curiosidade. Isso demonstra que o contato com a literatura pode e deve começar ainda antes da alfabetização formal.

Para Meireles (1984), a literatura infantil deve ser compreendida como uma manifestação artística autêntica, com linguagem e temas que respeitam e dialogam com o universo infantil. Tal compreensão evita a produção de textos simplificados ou moralistas, valorizando a inteligência e a sensibilidade da criança como leitor em formação. Isso implica repensar o tipo de obra ofertada nas escolas e bibliotecas escolares.

Além disso, a literatura oferece à criança a oportunidade de se colocar no lugar do outro, desenvolvendo empatia, imaginação e senso crítico. A multiplicidade de personagens, enredos e contextos contribui para ampliar os horizontes culturais e afetivos dos estudantes. Assim, a leitura literária não é apenas entretenimento, mas parte essencial da formação ética e estética do sujeito.

Outro aspecto importante é a possibilidade de a criança se reconhecer nas histórias. Ao ler narrativas próximas à sua realidade ou que dialogam com seus sentimentos e dúvidas, o leitor infantojuvenil



desenvolve um senso de pertencimento e identidade. Zilberman (2005) ressalta que esse reconhecimento é um passo essencial para que o aluno se sinta motivado a continuar lendo ao longo da vida.

A presença da literatura na escola, contudo, não pode se restringir a datas comemorativas ou a projetos esporádicos. É necessário que ela esteja incorporada à rotina escolar, sendo vivida como experiência contínua e significativa. O papel do professor é fundamental nesse processo, atuando como mediador sensível e leitor apaixonado.

Outro ponto relevante é o acesso ao livro de qualidade. A literatura infantojuvenil deve apresentar diversidade temática, estética e cultural. O acervo das bibliotecas escolares, por sua vez, deve ser constantemente atualizado, considerando critérios pedagógicos e literários. A mediação adequada dessas obras pode influenciar diretamente o interesse e o envolvimento das crianças com a leitura. A construção do hábito de leitura está intimamente ligada à experiência prazerosa com o texto. Coelho (2004) salienta que, quando a leitura é imposta como obrigação ou quando é tratada de forma tecnicista, perde-se a oportunidade de formar leitores autônomos. Por isso, a literatura deve ser abordada como fonte de prazer, descoberta e emoção.

Conclui-se que a literatura infantojuvenil possui um papel estruturante na formação do leitor, não apenas no domínio técnico da leitura, mas, sobretudo, na constituição de um sujeito crítico, sensível e capaz de dialogar com o mundo à sua volta. Sua presença na escola deve ser defendida como direito de todos os estudantes.

2.2 LETRAMENTO LITERÁRIO: CONCEITO E ABORDAGENS

O conceito de letramento literário surge como uma proposta teórica e metodológica para ampliar o entendimento sobre o papel da literatura na escola. Segundo Cosson (2012), o letramento literário não se restringe ao ensino da literatura como conteúdo, mas promove o desenvolvimento da capacidade leitora a partir da experiência estética e da fruição textual.

Essa proposta se diferencia da abordagem tradicional que valoriza a análise técnica e a memorização de dados sobre autores e estilos. O letramento literário propõe uma prática mais vivencial da leitura, centrada no texto e no leitor. Para isso, é essencial que o estudante tenha contato frequente com obras literárias completas e diversificadas, desde os anos iniciais.

Kleiman (1995) amplia a discussão ao afirmar que o letramento é um fenômeno social e cultural, não apenas uma habilidade individual. Dentro dessa perspectiva, o letramento literário é também uma prática social, situada historicamente, que contribui para a formação do sujeito como cidadão crítico e participante da cultura letrada.

Soares (2003) destaca que as várias facetas do letramento incluem, necessariamente, a dimensão literária. Isso significa que a leitura de literatura não pode ser dissociada da formação linguística e social



do aluno. A literatura oferece múltiplas camadas de sentido que desafiam o leitor a pensar, interpretar e dialogar com o texto de maneira ativa.

Para Cosson (2012), a prática do letramento literário exige uma sequência didática bem estruturada, composta por atividades que vão desde o pré-leitor até o leitor crítico. Essa sequência inclui momentos de apresentação da obra, leitura compartilhada, interpretação dialógica e produção de respostas criativas. Tal organização visa garantir a participação efetiva dos alunos no processo de construção do sentido.

Outro ponto importante é que o letramento literário requer formação docente específica. O professor precisa dominar os gêneros literários, compreender os processos de leitura e saber como mediar o encontro entre o aluno e o texto. A mediação adequada é o que diferencia a leitura espontânea da leitura formativa, realizada com intencionalidade pedagógica.

A escola, portanto, deve criar um ambiente leitor, onde a literatura esteja presente de forma cotidiana e significativa. Isso implica tanto no planejamento de atividades com obras literárias quanto na valorização da leitura livre. Kleiman (1995) enfatiza que o ambiente letrado influencia diretamente o comportamento leitor dos estudantes.

Ao considerar a literatura como prática social, o letramento literário também valoriza as experiências de leitura que os alunos trazem de casa, da comunidade ou de outras mídias. Isso amplia o repertório dos estudantes e possibilita relações mais significativas com os textos. A valorização da leitura como experiência pessoal favorece o engajamento e o prazer.

Por fim, o letramento literário representa uma ampliação da concepção de ensino da leitura, superando a visão utilitarista e técnica. Ele reconhece o texto literário como espaço de subjetividade, imaginação e formação crítica. Ao promover o letramento literário, a escola cumpre seu papel social e cultural de formar leitores plenos.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E A PROMOÇÃO DA LEITURA NAS ESCOLAS

As políticas públicas educacionais têm, nas últimas décadas, buscado garantir o acesso à leitura literária nas escolas brasileiras, especialmente da rede pública. Um dos principais marcos dessa trajetória é a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que orientam o trabalho com a leitura literária desde o Ensino Fundamental (BRASIL, 1998).

Os PCNs enfatizam que o ensino de língua portuguesa deve incluir o trabalho com diferentes gêneros textuais, com destaque para o literário. Essa diretriz visa promover a leitura não apenas como competência técnica, mas como prática cultural, contribuindo para o desenvolvimento pleno do aluno como leitor e cidadão. Outro instrumento importante foi a criação do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), em 2008. Segundo o Ministério da Educação (BRASIL, 2008), o programa teve como objetivo



ampliar o acervo literário nas escolas públicas, garantindo o acesso a obras literárias de qualidade e incentivando a formação de hábitos leitores.

O PNBE representou um avanço significativo em termos de democratização do acesso ao livro. Entretanto, como observam Campello et al. (2001), o simples envio de acervos às escolas não garante a efetividade da leitura. Sem formação docente e planejamento pedagógico, os livros muitas vezes permanecem intocados nas estantes.

Noronha (2003) também alerta para os limites das políticas públicas quando estas não dialogam com a realidade das escolas. A autora argumenta que há um descompasso entre o discurso oficial e a prática cotidiana, que frequentemente ignora os desafios enfrentados por professores e alunos em contextos de vulnerabilidade. Além da formação docente, é necessário pensar na infraestrutura escolar. Muitas escolas públicas ainda não dispõem de bibliotecas adequadas ou de espaços de leitura acolhedores. Isso compromete a vivência da literatura como prática prazerosa e cotidiana, essencial para a formação do leitor.

Outro aspecto que deve ser considerado é a atualização dos acervos. Muitas bibliotecas escolares contam com livros antigos ou desatualizados, que não dialogam com os interesses e as vivências dos alunos. A curadoria literária é, portanto, um elemento fundamental para garantir a qualidade da experiência leitora.

A literatura deve ser pensada como parte do currículo, e não como atividade extracurricular ou opcional. Sua inserção nas práticas pedagógicas precisa estar articulada ao projeto político-pedagógico da escola. Quando bem planejada, a leitura literária pode contribuir com todas as áreas do conhecimento.

Por fim, as políticas públicas devem ser acompanhadas de mecanismos de avaliação e acompanhamento. Isso permite corrigir falhas, realocar recursos e garantir que os objetivos da formação de leitores sejam efetivamente alcançados. A literatura, enquanto direito de todos, deve ser assegurada com intencionalidade, qualidade e compromisso social.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura literária, quando inserida de forma sistemática e significativa nas práticas escolares, representa uma importante via para a formação de leitores críticos, sensíveis e autônomos. Ao longo deste artigo, por meio da revisão bibliográfica, foi possível compreender que a literatura infantojuvenil exerce um papel fundamental no desenvolvimento da imaginação, na construção da linguagem e na ampliação da visão de mundo dos estudantes da Educação Básica.

As reflexões apresentadas evidenciam que, embora existam políticas públicas como o PNBE e diretrizes estabelecidas nos PCN que reconhecem o valor da literatura na formação dos sujeitos, há uma lacuna entre o prescrito e o praticado nas escolas. A ausência de formação continuada para os professores, a fragilidade das ações de incentivo à leitura e a ausência de planejamento específico para a mediação



literária ainda são obstáculos para consolidar a leitura literária como prática pedagógica regular e intencional.

A literatura consultada, especialmente nas contribuições de autores como Cosson, Soares e Zilberman, ressalta que a escola deve assumir um papel central na democratização do acesso à literatura e na formação de leitores. A atuação do professor como mediador é essencial para criar ambientes que favoreçam o encontro do aluno com o texto literário de forma prazerosa, reflexiva e emancipadora.

Nesse sentido, a leitura literária precisa ser compreendida para além de sua função instrumental, como uma prática cultural que contribui para a constituição da subjetividade e da cidadania dos estudantes. Retomar a literatura como direito de todos e garantir sua presença efetiva no cotidiano escolar é um compromisso ético, pedagógico e social.

Portanto, esta pesquisa, ao realizar uma revisão da literatura sobre o tema, reafirma a importância de repensar as práticas escolares de leitura, fortalecendo o papel da literatura infantojuvenil na formação do leitor desde os primeiros anos de escolarização. Estudos futuros poderão aprofundar essa temática com pesquisas de campo e análise de experiências pedagógicas inovadoras que venham contribuindo para superar os desafios apresentados.



REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): leitura e bibliotecas nas escolas públicas brasileiras. Secretaria de Educação Básica, Coordenação-Geral de Materiais Didáticos; elaboração Andréa Berenblum e Jane Paiva. Brasília: Ministério da Educação, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, n. 248, 23 dez. 1996.
- CAMPELLO, Silvia B. et al. A coleção da biblioteca escolar na perspectiva dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Informação & Informação, Londrina, v. 6, n. 2, p. 71-88, 2001.
- COELHO, Betty. Contar histórias: uma arte sem idade. 10. ed. São Paulo: Ática, 2004.
- COSSON, Rildo. Letramento literário: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- FEBA, Berta Lúcia Tagliari; SOUZA, Renata Junqueira de (orgs.). Leitura literária na escola: reflexões e propostas na perspectiva do letramento. Campinas: Mercado de Letras, 2011.
- GERALDI, João Wanderley. O texto na sala de aula. Cascavel: Assoeste, 1984.
- KLEIMAN, Ângela B. Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1995.
- MEIRELES, Cecília. Problemas da literatura infantil. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- NORONHA, Diana Maria. Escola e literatura: o real e o possível. In: ZILBERMAN, Regina (org.). O ensino de literatura no segundo grau. Campinas: Cadernos da ALB, [s.d.], p. 19, 2003.
- PAIVA, Aparecida. A produção literária para crianças: onipresença e ausência das temáticas. In: PAIVA, Aparecida; SOARES, Magda (orgs.). Literatura infantil: políticas e concepções. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- PASSETTI, Edson. Anarquismos e sociedade de controle. São Paulo: Cortez, 2003.
- RESENDE, Fernando. O desafio de formar leitores. Revista Presença Pedagógica, n. 34, p. 17-25, jul./ago. 2000.
- SILVA, Vera Maria Tietzmann. Literatura infantil brasileira: um guia para professores e promotores de leitura. 2. ed. Goiânia: Cânone Editorial, 2009.
- SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita, 2003.
- ZILBERMAN, Regina. Como e por que ler a literatura infantil brasileira. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.